



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

PUBLICADO EM 24/01/17

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE FISCAL DE 2016.

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano dois mil e dezesseis, no Salão Plenário desta Câmara Municipal, deu-se início a Audiência Pública para a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre fiscal de 2016. Abriu a presente audiência o Vereador Marcos Montanha, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. O Presidente iniciou os trabalhos dizendo que tendo sempre como meta a ampliação da participação popular e a valorização da transparência da gestão fiscal, esta casa legislativa promove, nesta tarde, por meio da Comissão de Orçamento e Finanças, a presente audiência pública de acordo com o edital 05/2016, publicado em 11/05/2016, para 2015, pelo Poder Executivo, conforme determina o art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade fiscal. Para participar da audiência se fizeram presentes: o Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Paulo Roberto Patuléia, que irá apresentar o resultado das metas fiscais do 1º quadrimestre, cumprindo assim as exigências da legislação em vigor; a Secretária de Controle Interno Sra. Rosângela Stumpf; Contador Geral do Município Sr. Juarez dos Reis Borges; o Técnico de Contabilidade, Sr. Alexandre Vicente e a Sra. Cassia Maria dos Santos, Gerente de Procedimentos Especiais da secretaria de Fazenda. O Presidente da Comissão passou a palavra ao Sr. Patuléia, que agradeceu pela oportunidade de esclarecer sobre as metas fiscais da Prefeitura do 1º Quadrimestre Fiscal de 2016. Com a palavra do Sr. Alexandre Vicente iniciou com a apresentação do que foi alcançado das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2016, onde menciona que o relatório será apresentado pelos representantes do Poder Executivo: Sr. Patuléia, Sra. Rosângela Stumpf, Sr. Juarez que representa a Contadoria Geral do Município e Sr. Alexandre Vicente, Assessor especial de Administração Financeira do Controle Interno. Sr. Alexandre demonstrou o quadro da receita arrecadada nos primeiros quatro meses, destacando o IPTU com R\$ 40.113.000,00 (quarenta milhões, cento e treze mil reais), o ISS com R\$ 23.940,00 (vinte e três milhões novecentos e quarenta) o ICMS com R\$ 53.192.000,00 (cinquenta e três milhões) o IPVA R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões), o FUNDEB com R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões) e a Dívida Ativa com R\$ 9.000.000,00 (nove milhões) acumulando um total líquido de R\$ 327.588.099,83 (trezentos e vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, noventa e nove reais e oitenta e três centavos). O orçamento inicial da receita estimou-se em R\$ 851.796.240,00 (oitocentos e cinquenta e um milhões, setecentos e noventa e seis mil, duzentos e quarenta reais). Assim, 40 % da receita já foi arrecadada nesse quadrimestre. A seguir demonstrou a evolução do gráfico das receitas, destacando a arrecadação própria de transferência do investimento de formação do FUNDEP, ICMS e IPTU dos tributos Municipais. Destacam-se ainda a Dívida Ativa com R\$9.000.000,00(nove milhões), o ISS com R\$ 23.940,00 (vinte e três milhões novecentos e quarenta), o IR com R\$ 6.298.000,00 (seis milhões, duzentos e noventa e oito mil reais), oITBI com R\$ 4.255.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil reais) e o IPTU R\$ 40.113.000,00(quarenta milhões, cento e treze mil reais). Apresentou a evolução do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

IPTU, comparando entre o exercício de 2015 e 2016 e concluiu que houve um incremento de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e meio) e do total de 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões). Iniciou a demonstração da despesa executada no quadrimestre, com total de R\$ 596.678.852,00 (quinhentos e noventa e seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais) e a despesa liquidada R\$ 320.811.168,60 (trezentos e vinte milhões, oitocentos e onze mil, cento e sessenta e oito reais e sessenta centavos) e informou que a diferença da receita liquidada com a arrecadada, é positiva em R\$ 6.717.000,00 (seis milhões setecentos e dezessete mil reais). Apresentou a distribuição das áreas de atuação, administração, Assistência, Previdência, Saúde, Educação, destacando-se Saúde e Educação que são as maiores despesas do Município, tendo a saúde R\$ 116.932.000,00 (cento e dezesseis milhões, novecentos e trinta e dois mil reais) e a Educação R\$ 74.560.000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta mil reais) liquidados comprometidos com o orçamento. Apresentou o limite gasto com a saúde diante da receita de impostos arrecadados o que totalizou R\$ 182.689.000,00 (cento e oitenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil reais), e a despesa liquidada com recursos próprios que foi de R\$ 67.112.990,00 (sessenta e sete milhões, cento e doze mil, novecentos e noventa reais). Assim em suma o investimento chegou ao percentual de 36,74%, um acréscimo de R\$ 39.709.000,00 (trinta e nove milhões, setecentos e nove mil reais), ultrapassando o limite de 15% determinado em Lei. Passou ao próximo demonstrativo que foi da educação inicialmente com a mesma receita de R\$ 182.689.000,00 00 (cento e oitenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil reais). Explicou que a despesa liquidada com recursos próprios foi de R\$ 36.764.000,00 (trinta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil reais), o que não alcançou os 25% legais, deixando uma diferença de R\$ 8.900.000,00 (oito milhões e novecentos mil reais), alcançando apenas 20,12%. Outros indicadores demonstram que despesa com pessoal ficou em 50,20% que em 12 meses equivale a R\$ 393.361.407,00 (trezentos e noventa e três milhões, trezentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sete reais), abaixo do limite prudencial que é 51,3% somando R\$ 401.000.000,00 (quatrocentos e um milhões), o que aponta já passar o limite de alerta do TCE que é 48,6% referente a R\$ 380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões) porém distante do limite máximo de 54% que totaliza R\$ 423.000.000,00 (quatrocentos e vinte e três milhões) da receita corrente líquida. A dívida contratual foi de R\$ 46.218.633,00 (quarenta e seis milhões, duzentos e dezoito mil, seiscentos e trinta e três reais) equivalentes a 5,90% da receita, a disponibilidade de caixa bruto até abril foi de R\$ 96.060.000,00 (noventa e seis milhões e sessenta mil reais), um RP processado de R\$ 9.973.000,00 (nove milhões, novecentos e setenta e três reais), e uma dívida a pagar, não processada, de R\$ 10.671.000,00 (dez milhões, seiscentos e setenta e um mil reais), que totalizou R\$ 20.644.000,00 (vinte milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil reais) de RP e a receita corrente líquida alcançada foi de R\$ 783.521.844,83 (setecentos e oitenta e três milhões, quinhentos e vinte e um mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e três centavos). O Presidente passa a palavra ao Vereador Anderson Julianoque cumprimenta a todos e falou sobre a noite anterior onde foi apresentado o quadrimestre da saúde e fez algumas indagações: sobre o requerimento para convocação dos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Secretários de Administração, Planejamento, Fazenda e o Presidente do INPAS, para estarem presentes nesta casa no último dia 18 de maio às 16h, para demonstrar aos Vereadores o comportamento da receita dos últimos quatro meses em comparativa com a receita dos primeiros quatro meses de 2015, pois foi votada a Lei de reajuste do Servidor Público sem que tivessem dados para saberem se este valor percentual estaria acima do limite prudencial ou se esbarraria no limite máximo da LRF e mesmo assim foi votado e sobre o requerimento que foi negado por maioria simples. Passou a justificar seu requerimento e continuou dizendo que foi votado no ano passado a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou seja, a Lei que define o ano corrente, a LDO, Lei 7.335 que diz no artigo 71, que para fins de realização da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, até 3 (três) dias antes da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas. Diz ainda que a Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição, poderá, por solicitação do Poder Executivo ou por iniciativa própria, adiar as datas de realização da audiência mencionada no caput deste artigo. O Vereador Anderson passou a indagar ao Presidente se o relatório citado acima chegou dentro do prazo e depois indagou aos representantes do Governo de quem é a reponsabilidade sobre este documento, no que recebeu como resposta que é responsabilidade da Secretaria da Fazenda e Planejamento. Citou novamente a Lei e solicitou ao Sr. Patuléia que junto ao Planejamento cumpram com a Lei. Indagou o Sr. Alexandre qual a receita dos primeiros quatro meses comparando com os primeiros quatro meses do ano passado. O Sr. Alexandre disse que no IPTU variou em R\$ 4,5 milhões, em média 12% de variação, O IR em 2015 foi R\$ 2.887.000,00 (dois milhões oitocentos e oitenta e sete mil reais) e 2016 R\$ 6.298.000,00 (seis milhões, duzentos e noventa e oito mil reais) havendo um incremento de 118%. O Vereador indagou o Sr. Alexandre em relação ao IR arrecadado da administração direta, se ele fica todo no Município, onde a resposta é sim, toda arrecadação fica no Município. O Vereador Anderson também perguntou sobre a receita do Estado e teve como resposta que ela também fica no Estado. O secretario ainda afirmou que não a repasse nem um e não remetem a União, disse ainda que eles apenas informam. O Vereador Anderson perguntou ainda sobre as empresas de capital misto e o Secretário Sr. Patuléia respondeu que elas são regidas pela lei do GSTA e são regidas pelo regime normal de administração direta. Diante o Vereador Anderson perguntou sobre as autarquias, e o Secretário Sr. Patuléia respondeu que sofre o mesmo processo. Sr. Alexandre ainda complementou a fala do secretário, com relação ao Imposto de Renda foi enviado a Receita Federal, em fevereiro, através da discoli, e informou que quando é feito a restituição do Imposto de Renda é feita a compensação no SPM do mesmo imposto de renda. O Vereador Anderson citou como exemplo, se quanto for receber a sua restituição também seria descontado na folha de pagamento pelo SPM. Dando prosseguimento a reunião o Secretário continuou a reunião com dados do CBI Petrópolis, que até abril de 2015 foi de 3 milhões e esse ano foi de 4 milhões, ou seja, um aumento de 7%. O ISS até abril de 2015 R\$ 24.122,00 e esse ano teve uma pequena



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

redução de 1%. O Vereador Anderson pediu para ver o Balanço do CNS e declarou que é importante. Os dados são 48 milhões, 16,1% até abril de 2015 e 53 milhões 1,92% neste período, assim teve 10% de aumento, afirmou o Secretário. Já o IPVA foram cerca de 22 Milhões arrecadados e esse ano 26 milhões. O Vereador Anderson perguntou se ele aumentou a lista e o Secretário afirmou que aumentou em 19%. Vereador Anderson declarou que essas são as principais receitas e falou que o grosso da receita é isso e o Secretário lembrou sobre o SPM de 2015 de cerca de 18 bilhões e esse ano uma queda de cerca de 17 bilhões, uma queda de 4,7% Anderson agradeceu, mais tirou uma dúvida sobre o que o secretário tinha posto no quadro e perguntou se era o acumulado, 700,72 bilhões e o secretário afirmou que sim, que é assim que eles trabalham. Anderson perguntou se conta um ano, e mais 12 meses do ano passado, o Secretário afirmou que sim é de maio de 2015 até abril de 2016. O Vereador Marcos Montanha pediu a palavra para fazer uma pergunta ao Sr. Alexandre. Pediu explicação sobre a renda infra orçamentária, o Sr. Alexandre explicou que uma renda que é transferida diretamente para o instituto de previdência. O Vereador Anderson questionou os Secretários sobre a merenda escolar dizendo que a Vereadora Gilda Beatriz como Presidentes da Comissão de Educação e ele como membro, foram pesquisar as informações do FGTE, que em 2013, primeiro ano do governo do Rubens Bomtempo, o Governo Federal mandou cerca de 3 de aporte para merenda escolar para o ano de 2014 e sobrou cerca de 720 mil. Disse ainda que quando foi em 2014 o Governo Federal depositou R\$ 8.245.000,00 referente ao ano de 2014 e também ao de 2013. E, por conta do atraso com os 12 bilhões, que sobrou do ano anterior, ficaram na PMP. Disse que dos 9 bilhões aproximadamente, de arrecadação do FGTE, nesse ano de 2014 o Governo Municipal não depositou em contrapartida nem 1 real. E no final do ano sobrou para 2015 cerca de 6 milhões, no final de 2015 sobrou 3 milhões. O Vereador Anderson disse que foi consultar o FGTE e eles disseram que vão reter o repasse para o município até terem informações que o município gastou esse dinheiro. O Vereador Anderson afirmou que o FGTE vai travar esse dinheiro e perguntou porque isto está acontecendo e o por que está sobrando dinheiro. Perguntou ainda se o Secretário tem essas informações. Sobre o assunto a Secretária Rosangela respondeu que está entrando com recurso no INDE, segundo a Sra. Rosangela eles entendem esse dinheiro como sobra, porém não é sobra, e o dinheiro foi empenho para pagamento das despesas. Disse que não é que o dinheiro não foi gasto é empenho que resta a pagar e declarou que está entrando com recursos agora no FGTE. O Vereador Anderson perguntou se foi empenhado mais não foi liquidado. E a Secretária confirmou a informação e ressaltou que mesmo liquidado eles não levam em consideração, eles entendem que é sobra. O Vereador Anderson falou que tem se fazer tudo dentro daquele ano, se não eles entendem como sobra e a representante da Comissão de Educação afirmou que realmente o dinheiro está comprometido, no entanto a Secretária de Educação, já foi a Brasília para tentar resolver essa situação. O Vereador Anderson disse que o FGTE deu uma resposta a ele de que eles estão querendo que a Prefeitura gaste esse dinheiro para aí sim mandar dinheiro novo, mais em resposta a Secretária Rosangela foi que o dinheiro já foi usado. O Vereador Anderson agradeceu a Sra. Rosangela e encerrou a sua participação. O Presidente Vereador Marcos Montanha



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

perguntou se alguns dos Secretários queriam fazer o uso da palavra e pediu para Sr. Patuléia fazer um balanço da arrecadação do município neste ano de crise. O Secretário elogiou a fala do Vereador Montanha e do Vereador Anderson e disse que está muito satisfeito com a reunião. Disse que mesmo com a crise que começou em 2015 o Governo vem fazendo uma gestão eficaz e disse ainda que a única queda que tiveram foi do ISS, mas que considera uma queda normal e que já estão em andamento e talvez até superando a queda. Complementou dizendo que também foi em função das políticas públicas que o Governo Bomtempo colocou em prática que estão conseguindo cumprindo das metas e o IPMS é em função de todo o trabalho da equipe do Ministério da Fazenda. Então o IPM vem crescendo e em função desse crescimento o repasse também aumenta. O IPTU também aumentou em função das ações do Governo que desenvolveu desde 2013 e que estão com reflexo agora no crescimento de toda arrecadação de tributos sólidos. Afirmou que é uma política de responsabilidade e sem o aumento da carga tributária e que tem uma alarga base do contribuinte. Disse que a fala do Presidente e do Vereador Anderson são importantes quando trazem essa comparação, mostrando que há uma gestão de responsabilidade em plena crise que o Brasil atravessa. O Vereador Montanha contribuiu com a fala do Secretário Sr. Patuléia parabenizando os cidadãos do município de Petrópolis que contribuem com suas contas em dia e parabenizou ao Secretário de Fazenda que percebeu claramente que o Estado não está afundado nessa crise e ainda disse que Petrópolis ainda está conseguindo contribuir com suas propostas dentro do Executivo Municipal, andando com suas próprias pernas em um momento difícil do país. O secretário ainda complementa dizendo que o petropolitano está exercendo seu dever de cidadania e ressaltou que é o quinto município do Estado que está com a sua folha de pagamento em dia. Disse ainda que não a necessidade de aumentar a carga tributária. E o que o município tem feito é o que tem dado resultado. O Secretário agradeceu encerrando sua fala. O Presidente Vereador Montanha passou a palavra para o Vereador Anderson que declarou que o Sr. Alexandre colocou que o município está com comprometimento na folha de 50,20% nesse primeiro quadrimestre e perguntou se só se apura a informação no final do ano e o Secretário afirmou que não, pois é feito quadrimestre há quadrimestre. Vereador Anderson perguntou se eles levam em consideração as receitas dos últimos 12 meses e o Secretário afirmou que sim que eles vão ajustando. O Vereador Anderson perguntou sobre o concurso que está em aberto na área da saúde e se o governo fez o cálculo do impacto na folha e a Secretária Rosângela afirmou que é obrigatório, que o TSE obriga, mais não poderiam aumentar muito, visto comprometimento de 49%. Afirmou que o Prefeito quer fazer fusão de mais secretarias e falou ainda que a maioria dos Estados já passaram desse limite, e que aqui em Petrópolis ainda está sob controle. Há esse controle diário de quem é chamado para não ultrapassar o limite e afirmou ainda que, Petrópolis é o único município que não estourou esse limite. O Vereador Anderson perguntou sobre o valor desses cálculos e do impacto e o Secretário afirmou que foi feito antes de chegar nos 50% que já estava em 49%. O Vereador Anderson perguntou quando é feito o reajuste os secretários afirmaram ser em julho, e perguntou se os concursados serão chamados ainda esse ano referente a área da saúde e a Secretária afirmou que está na Lei Eleitoral que o concurso tem que ser



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

homologado até o dia 12 de julho e poderão ser convocados, senão só no ano que vem. O Vereador Anderson falou que a Secretária disse que deixará aumentar o orçamento no ano que vem por que acham que as receitas ano que vem irão aumentar mais e que essa situação estará resolvida. O Vereador Anderson levantou alguns dados como aumento do IPTU em 12%, ITBI em 10%, Dívida Ativa em 14%, IPMS em 10%, IPVA cota parte em 19%, ISM em 4,2% e o ISS sendo única receita sem aumento este ano. O Vereador Anderson Questionou se o Sr. patuleia já está resolvendo essa situação do ISS do município e perguntou sobre o ISS da Selma. Vereador Anderson lembra que teve o aumento de 4% e ano que vem vai ser de 3% até 2020. Perguntou para Sr. Patuléia se foi feito esse acordo de ir caindo o ISS. Destacou que nesses três anos pergunta sobre o valor que a Selma paga de ISS e pergunta se será possível aumentar para ano que vem. Sr. Patuléia afirmou que o incentivo dado a Selma foi feito através de planejamento e todo esse declínio na queda da arrecadação é a nível federal. Disse que o município está em crescimento e afirmou que a Selma continua sendo o maior contribuinte do município isoladamente. Disse que é o maior gerador de empregos e que a empresa tem um crescimento ano a ano quando a empresa chegar no final do incentivo fiscal fará a manutenção de 500 turbinas. Afirmou que o incentivo fiscal foi feito com responsabilidade que não terá prejuízo nem para empresa e nem para o município. Até porque, a empresa gera empregos na cidade. O Vereador Montanha pede que o Sr. Patuléia faça uma fala sobre os últimos acontecimentos públicos. O Secretário iniciou a sua fala sobre implementação dos planos de contas que existe desde 2014 e o plano de contas aplicado ao município que tem como função preservar o patrimônio público junto ao Poder Público. Assim a contabilidade mudou o foco de visão para o patrimonial e isso ajuda ao setor público na tomada de decisão como foi o caso do ISS. Disse ainda que está em processo de transformação que ainda não está implantado todo pois só chegará ao final quando for implantado o sistema de custo do município e que também será implantado por região. O Vereador Montanha passou a palavra para Secretária Rosângela que dá os parabéns ao Prefeito que diante da crise está conseguindo manter a sua folha de pagamento em dia e ainda investir na cidade. Disse que o Prefeito controla tudo a pulso de ferro sendo um Prefeito centralizador e da mais uma vez os parabéns por conseguir cumprir as metas do primeiro quadrimestre. O Vereador Montanha passou a palavra para Sra. Cassia que agradeceu pela oportunidade e diz estar muito contente de estar participando da implantação da nova contabilidade pública de Petrópolis, ela disse ainda que conseguiu avançar nos prazos e que vão fazer um bom trabalho. O Vereador Montanha disse que está satisfeito com as falas dos secretários e ressalta que em plena crise ver a folha de pagamento do funcionalismo público em dia já é um grande avanço que Petrópolis que está em fase de crescimento e ainda caminha independente do Estado. O Vereador Montanha parabenizou os secretários pela reunião, ao Vereador Anderson pelas perguntas e ao Prefeito pela administração da cidade e vê que ainda há muita coisa para ser feita. Por fim, nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada presente audiência. Assino e atesto para fazer constar, Ana Ruth Beliani Chaves Valério, Secretária da Comissão. Registre-se e publique-se.